

**INSTITUTO  
FEDERAL**

Alagoas

# RELATÓRIO CONTÁBIL

---

1º TRIMESTRE DE 2023

**REITOR**

Carlos Guedes de Lacerda

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Heverton Lima de Andrade

**DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Maurício Ferreira Menezes

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

Fabianna Domingues Lins Cavalcante

**Informações**

Telefone (82) 3194-1150

Correio eletrônico: [dcf@ifal.edu.br](mailto:dcf@ifal.edu.br)

Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/administracao/contabilidade>

---

## **SUMÁRIO**

<b>1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAL .....</b>	<b>3</b>
<b>2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....</b>	<b>6</b>
<b>3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>11</b>
<b>4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS.....</b>	<b>13</b>
<b>5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>20</b>
<b>6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....</b>	<b>28</b>
6.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	28
6.2. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO .....	30
6.2.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	32
6.2.2. ADIANTAMENTO – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA .....	33
6.3. ESTOQUES.....	34
6.4. IMOBILIZADO .....	36
6.4.1. BENS MÓVEIS .....	36
6.4.2. BENS IMÓVEIS.....	37
6.5. INTANGÍVEL.....	38
6.6. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS - CP .....	38
6.7. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	41
6.8. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	41
<b>7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO - BF .....</b>	<b>45</b>
7.1. INGRESSOS.....	45
<b>8. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO .....</b>	<b>47</b>
8.1. RECEITAS CORRENTES .....	47
8.2. DESPESAS .....	48
8.3. EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS .....	50

---

## **1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAL**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), criado por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a unificação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Por meio da Resolução nr. 11 do Conselho Superior do IFAL, de 22/09/2009, publicada no DOU 25/10/2009 alterada pela Resolução nr. 03 do Conselho Superior do IFAL, de 25 de março de 2019 publicada no DOU em 02/04/2019, que trata do Estatuto com a relação de todas as Unidades pertencentes ao IFAL, incluindo a Reitoria, nos municípios de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Maragogi, Penedo, Piranhas, Arapiraca, Maceió, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Satuba, Coruripe, Viçosa, Rio Largo e Batalha e 01 campus Avançado Maceió Benedito Bentes. A Reitoria do IFAL está sediada na Rua Odilon de Vasconcelos, nr. 103, no bairro da Jatiúca, na cidade de Maceió – Alagoas, CEP: 57035-660.

Abaixo apresenta-se tabela com a identificação das Unidades, com sua respectiva Unidade Gestora e CNPJ.

---

<b>Unidade</b>	<b>Unidade Gestora</b>	<b>CNPJ</b>
Reitoria	158147	10.825.373/0001-55
Maceió	158381	10.825.373/0003-17
Palmeira dos Índios	158383	10.825.373/0005-89
Santana do Ipanema	152801	10.825.373/0007-40
Murici	152803	10.825.373/0009-02
Arapiraca	152805	10.825.373/0011-27
Coruripe	156655	10.825.373/0013-99
Rio Largo	156657	10.825.373/0015-50
Marechal Deodoro	158380	10.825.373/0002-36
Satuba	158382	10.825.373/0004-06
Penedo	152800	10.825.373/0006-60
Piranhas	152802	10.825.373/0008-21
São Miguel dos Campos	152804	10.825.373/0010-46
Maragogi	152815	10.825.373/0012-08
Viçosa	156656	10.825.373/0014-70
Batalha	156660	10.825.373/0016-31

Apenas o campus Avançado Maceió Benedito Bentes opera na plataforma da Reitoria.

Nas Unidades de Palmeira dos Índios e Maceió, a área responsável pela parte contábil é o Departamento de Orçamento e Finanças. Na Reitoria existe o Departamento de Contabilidade e Finanças, o qual atua como Setorial Contábil de Órgão, conforme Decreto n.º 6.976/2009 e a Coordenação de Finanças como subordinada. E nas demais Unidade do Ifal, existe uma Coordenação de Contabilidade e Finanças.

Apresenta-se abaixo as Unidades do Ifal com os respectivos contabilistas responsáveis pela conformidade contábil.

<b>Unidade</b>	<b>Unidade Gestora</b>	<b>Contador Responsável</b>	<b>CRC</b>
Reitoria	<b>158147</b>	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Marechal Deodoro	<b>158380</b>	Natasha Navarro Pedrosa	CRC/AL 007791/O-7
Maceió	<b>158381</b>	Sheila A. S. de Albuquerque	CRC/AL 005046/O-4
Satuba	<b>158382</b>	Marineide Pinto da Silva	CRC/AL 003649/O-0
Palmeira dos Índios	<b>158383</b>	Renata Santana Vieira	CRC/AL 005276/O-4
Penedo	<b>152800</b>	Carlos Eduardo M. Oliveira	CRC/AL 005681/O-0
Santana do Ipanema	<b>152801</b>	Janieide Domingos da Silva	CRC/AL 008434/O-9
Piranhas	<b>152802</b>	Daniel Anderson Martiliano da Silva	CRC/AL PI-010305/O-0
Murici	<b>152803</b>	Anselmo Silva Santos	CRC/AL 005373/O-8
São Miguel dos Campos	<b>152804</b>	Simony M. Reis da R. Maia	CRC/AL 007973/O
Arapiraca	<b>152805</b>	Juliana Maria Silva Pereira	CRC/AL 7510/O-8
Maragogi	<b>152815</b>	Marlon Oliveira Pereira	CRC/DF 023755/O
Coruripe	<b>156655</b>	Adriano Fonseca da Silva	CRC/SE 07408/O-9 T -AL
Viçosa	<b>156656</b>	Maria Patrícia F. da Silva	CRC/AL 007857/O
Rio Largo	<b>156657</b>	Rosa Maria Santos	CRC/AL 4597/O-6
Batalha	<b>156660</b>	Camila Oliveira Ursulino	CRC/SE 008259

## **2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 31 de março de 2023.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de março de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade contábil, presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas) consolidadas do Ifal, tendo como base todas as suas Unidades Gestoras.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do Órgão, é realizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, de acordo com todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI 020315. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações contantes no SIAFI, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, **exceto** quanto aos assuntos mencionados a seguir:

**Restrição 315 – Falta / restrição de conformidade de registro de gestão**

---

A falta de registro da conformidade de registro de gestão ocorre na integralidade dos lançamentos ocorridos nas unidades de: Piranhas, Reitoria, Coruripe, Viçosa, Batalha, Palmeira dos Índios e Rio Largo.

Nas unidades de Penedo, Maragogi e São Miguel dos Campos, a conformidade de gestão no primeiro trimestre foi realizada de forma parcial, ou seja, é dada a conformidade em alguns dias do mês.

Apesar da não existência de conformidade de registro de gestão em algumas unidades todos os lançamentos foram realizados com base em documentos que estão à disposição, e foram realizados em observação às normas vigentes.

#### **Restrição 318 - Não atendimento a orientação contábil Set/Central**

Essa restrição ocorre na unidade de Palmeira dos Índios, devido ao não atendimento de solicitações de ajustes contábeis apontadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, apesar das reiteradas solicitações e orientações.

#### **Restrição 603 - Saldos contábeis não conferem com o RMA**

As unidades de Santana do Ipanema, Maragogi, Maceió, Palmeira dos Índios, Coruripe, Rio Largo e Batalha, estão com o saldo contábil da conta de materiais de consumo divergente do apresentado no RMA.

Na unidade de Santana do Ipanema, a divergência ocorreu devido a nota fiscal de entrada lançada no RMA em março somente ter sido lançada no SIAFI em abril.

---



Em Maceió, foram identificadas notas fiscais contabilizadas, mas que não foram registradas no Almoxarifado, sendo então devolvidas para registro pelo setor de Almoxarifado.

Porém, no caso das demais unidades apresentadas, a diferença é decorrente da falta de análise e lançamentos contábeis, não sendo apresentadas justificativas para tais divergências.

#### **Restrição 606 - Saldo alongado nas contas de ativo**

Na Unidade de Palmeira dos Índios, foi verificado a existência de saldo alongado quanto a adiantamento de viagens, não sendo apresentada pela contadora responsável qualquer trabalho para ajuste.

Na Unidade de Maceió, existem saldos alongados nas contas de adiantamento a prestadores de serviços, que se referem a valores da época do CEFET-AL e que estão em processo de análise, por meio do processo administrativo 23041.014868/2021-49.

#### **Restrição 634 – Falta de avaliação de bens móveis/ imóveis/ intangíveis/ outros**

#### **Restrição 640 – Saldo contábil bens móveis não confere com o RMB**

Ocorre em todas as Unidades Gestoras do Ifal, devido a não conclusão de inventário em todas as Unidades.

Cabe informar que os processos de inventário 2022, estão nas áreas de patrimônio para análise e ajustes, se necessário.

#### **Restrição 642- Falta/registro incompatível e depreciação, amortização, exaustão – Ativos Imobilizados**

---

Ocorre em todas as Unidades Gestoras, em razão da não conclusão do inventário dos bens móveis, como também da fragilidade das informações patrimoniais inseridas no Sistema de Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC.

#### **Restrição 643 - Falta/evolução incompatível amortização dos ativos intangíveis**

Ocorre nas Unidades de Arapiraca, Reitoria, Maceió, Satuba e Palmeira dos Índios, devido à falta de informações advindas da Coordenação de Patrimônio, a qual não possui ferramentas para efetuar o registro e controle dos ativos intangíveis.

#### **Restrição 653 – Saldo alongado nas contas de contratos de serviços**

As Unidades: São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro, Maceió, Coruripe, Palmeira dos Índios e Viçosa, estão com saldos alongados nas contas de contratos (pendência de análise) de serviços, fornecimento de bens, seguros ou aluguéis.

#### **Restrição 674 – Saldo alongado nas contas de Passivo**

As Unidades de Maceió, Palmeira dos Índios, Coruripe e Reitoria, apresentam saldo alongado nas contas de passivo.

Em Maceió, o saldo advém da época do CEFET e trata da conta de Depósitos Retidos de Fornecedores, foi aberto processo 2304.016299/2021-76 para análise.

Já em Palmeira dos Índios, trata da falta de pagamento ou a baixa da obrigação de valores pertencentes a exercícios anteriores, como exemplo a conta de diárias a pagar.

Na unidade de Coruripe, trata de saldo nas contas de GRU a classificar e ordens bancárias canceladas não ajustadas.

---

E na Reitoria, ocorreu devido a devolução de valores em ordens bancárias canceladas referente a folha de pagamento.

**Restrição 705 – Falta comprovação e prestação de contas Suprimento de Fundos**

Restrição apresentada nas unidades de Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios, devido a falta de contabilização do processo de prestação de contas de suprimento de fundos, conforme determinado na Instrução Normativa n. 11/2022 – REIT-PROAD.

**Restrição 736 – Falta de conformidade contábil da Unidade Gestora**

Foi apresentada essa restrição para as unidades de Maceió, Palmeira dos Índios, Coruripe e Batalha, não foram apresentadas justificativas pelos contadores responsáveis.

**Restrição 773 – TED a comprovar**

Ocorre na Reitoria, devido a ausência da baixa contábil de alguns TEDs que foram comprovados, no entanto, ainda estamos aguardando que a Unidade de origem efetue a devida baixa contábil.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Fabianna Domingues Lins Cavalcante

CRC/AL 006314/O-1

Chefe de Departamento de Contabilidade e Finanças do IFAL

Maceió-AL, 28 de abril de 2023

---

### **3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC - TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC – TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam as contas das Unidades Gestoras do Instituto Federal de Alagoas.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e compõem:

---

- 
- I. Balanço Patrimonial (BP);
  - II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
  - III. Balanço Orçamentário (BO);
  - IV. Balanço Financeiro (BF);
  - V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
  - VI. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

---

---

## **4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS**

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, e consequentemente no IFAL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

### **a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **c) Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

### **d) Estoques**

---

Compreendem as mercadorias em almoxarifado, para manutenção da Instituição. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais

---

benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

---



i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

---

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

---

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### I) Restos a Pagar

De acordo com a Lei 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. Referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

---

## 5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em unidade de Real			
<b>ATIVO</b>		<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>57.602.167,99</b>	<b>72.011.669,24</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		36.976.383,44	50.318.592,48
Créditos a Curto Prazo		14.396.811,17	15.628.859,21
Estoques		6.228.973,38	6.064.217,55
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>616.937.009,08</b>	<b>612.776.269,36</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>615.788.425,36</b>	<b>611.640.483,62</b>
Bens Móveis		130.875.404,01	130.056.666,31
Bens Móveis		131.059.072,11	130.240.334,41
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-183.668,10	-183.668,10
Bens Imóveis		484.913.021,35	481.583.817,31
Bens Imóveis		485.542.384,68	482.190.224,78
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-629.363,33	-606.407,47
<b>Intangível</b>		<b>1.148.583,72</b>	<b>1.135.785,74</b>
Softwares		1.148.583,72	1.135.785,74
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>674.539.177,07</b>	<b>684.787.938,60</b>
<b>PASSIVO</b>			
	<b>NE</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>82.451.040,79</b>	<b>115.120.275,25</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		18.052.840,69	42.185.870,24
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.109.846,12	4.588.659,67
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		3.260,17	543,03
Demais Obrigações a Curto Prazo		60.285.093,81	68.345.202,31
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>520.953,51</b>	<b>773.522,93</b>
Demais Obrigações a Longo Prazo		520.953,51	773.522,93
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>82.971.994,30</b>	<b>115.893.798,18</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>591.567.182,77</b>	<b>568.894.140,42</b>
Resultado do Exercício		5.494.820,30	290.648.564,53
Resultados de Exercícios Anteriores		568.894.140,42	262.791.813,56
Ajustes de Exercícios Anteriores		17.178.222,05	15.453.762,33
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>591.567.182,77</b>	<b>568.894.140,42</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>674.539.177,07</b>	<b>684.787.938,60</b>

**QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

Valores em unidade de Real

<b>ATIVO</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>87.886.316,68</b>	<b>95.667.166,88</b>
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>87.886.316,68</b>	<b>95.667.166,88</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.222.101,06	3.324.836,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	83.318.586,34	92.006.864,60
Direitos Contratuais	345.629,28	335.466,27
<b>PASSIVO</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>92.192.360,78</b>	<b>96.354.727,27</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>92.192.360,78</b>	<b>96.354.727,27</b>
Obrigações Contratuais	92.192.360,78	96.354.727,27

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO  
BALANÇO PATRIMONIAL**

Valores em unidade de Real

<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO</b>
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-296.629.911,94</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-2.005.933,23</b>
Educação	-2.308.521,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.630,07
Previdência Social (RPPS)	60.420,01
Dívida Pública	-120,17
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	910.560,31
Outros Recursos Vinculados	-672.901,62
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>-298.635.845,17</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Valores em unidade de Real

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>120.972.903,11</b>	<b>120.773.115,68</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>661.433,14</b>	<b>22.189,67</b>
Venda de Mercadorias	8.007,27	1.662,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	653.425,87	20.527,67
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>419,31</b>	-
Juros e Encargos de Mora	419,31	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>108.810.184,47</b>	<b>114.710.420,86</b>
Transferências Intragovernamentais	108.188.234,86	113.855.671,10
Outras Transferências e Delegações Recebidas	621.949,61	854.749,76
<b>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desinc. de Passivos</b>	<b>11.314.333,60</b>	<b>5.975.138,34</b>
Reavaliação de Ativos	721.607,14	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	58.629,96
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.592.726,46	5.916.508,38
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>186.532,59</b>	<b>65.366,81</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	186.532,59	65.366,81
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>115.478.082,81</b>	<b>122.009.430,27</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>85.674.806,55</b>	<b>84.024.205,70</b>
Remuneração a Pessoal	68.843.147,37	67.357.450,03
Encargos Patronais	12.940.908,39	12.691.950,73
Benefícios a Pessoal	3.808.094,79	3.815.716,94
Outras Var. Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos	82.656,00	159.088,00
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>52.446,11</b>	<b>15.516.963,71</b>
Aposentadorias e Reformas	35.574,95	12.383.420,44
Pensões	16.871,16	3.133.543,27
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>11.949.652,22</b>	<b>8.878.003,47</b>
Uso de Material de Consumo	1.395.672,25	2.158.951,37
Serviços	10.531.024,11	6.673.007,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.955,86	46.044,80
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>10.830,19</b>	<b>2.227,60</b>
Juros e Encargos de Mora	10.830,19	2.227,60
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>12.838.966,40</b>	<b>9.897.532,94</b>
Transferências Intragovernamentais	12.211.667,94	9.042.783,18
Transferências Intergovernamentais	6.548,70	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	620.749,76	854.749,76
<b>Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos</b>	<b>2.574.325,12</b>	<b>1.144.433,72</b>
Perdas Involuntárias	525,53	682,27
Incorporação de Passivos	2.573.799,59	1.143.354,68
Desincorporação de Ativos	-	396,77
<b>Tributárias</b>	<b>40.889,87</b>	<b>151.721,36</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.850,83	132.562,32
Contribuições	26.039,04	19.159,04
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.336.166,35</b>	<b>2.394.341,77</b>
Incentivos	1.556.408,23	1.709.026,04
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	779.758,12	685.315,73
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>5.494.820,30</b>	<b>- 1.236.314,59</b>

**BALANÇO FINANCEIRO**

Valores em unidade de Real

<b>INGRESSOS</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>760.016,71</b>	<b>50.342,46</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>760.016,71</b>	<b>50.342,46</b>
Educação	97.240,45	27.784,79
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	662.776,26	22.557,67
Recursos a Classificar	0,01	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,01	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>108.188.234,86</b>	<b>113.855.671,10</b>
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>84.970.345,57</b>	<b>97.949.454,66</b>
Repasse Recebido	84.091.358,42	96.620.704,91
Sub-repasse Recebido	878.987,15	1.328.749,75
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>23.217.889,29</b>	<b>15.906.216,44</b>
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	22.117.436,12	15.317.700,70
Demais Transferências Recebidas	-	3.380,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.100.453,17	585.135,74
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>296.664.560,24</b>	<b>340.159.035,61</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	18.752.188,50	22.344.910,72
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	277.614.717,09	317.624.894,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	165.503,56	125.656,19
<b>Outros Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>132.151,09</b>	<b>63.574,02</b>
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	46.943,00	26.360,00
Arrecadação de Outra Unidade	85.208,09	37.214,02
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>50.318.592,48</b>	<b>36.471.974,05</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.318.592,48	36.471.974,05
<b>TOTAL</b>	<b>455.931.404,29</b>	<b>490.537.023,22</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>364.574.583,35</b>	<b>415.265.549,52</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>364.300.266,75</b>	<b>350.615.418,52</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>274.316,60</b>	<b>64.650.131,00</b>
Previdência Social (RPPS)	-	64.650.131,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	274.316,60	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>12.211.667,94</b>	<b>9.042.783,18</b>
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>878.987,15</b>	<b>1.328.749,75</b>
Sub-repasse Concedido	878.987,15	1.328.749,75
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>11.332.680,79</b>	<b>7.714.033,43</b>
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	11.139.368,82	7.595.964,59
Demais Transferências Concedidas	-	53.070,03
Movimento de Saldos Patrimoniais	193.311,97	64.998,81
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>42.168.769,56</b>	<b>42.100.389,56</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	31.777.324,61	34.253.190,26
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.960.908,86	7.723.141,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	430.536,09	124.058,09
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>36.976.383,44</b>	<b>24.128.300,96</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.976.383,44	24.128.300,96
<b>TOTAL</b>	<b>455.931.404,29</b>	<b>490.537.023,22</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Valores em unidade de Real	
	31/03/2023	31/12/2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-8.133.012,37</b>	<b>-9.369.010,61</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>109.198.963,22</b>	<b>114.068.883,77</b>
Receita Patrimonial	76.294,18	20.527,67
Receita Agropecuária	8.007,27	1.662,00
Receita de Serviços	577.551,00	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	98.164,26	28.152,79
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>108.438.946,51</b>	<b>114.018.541,31</b>
Ingressos Extraorçamentários	165.503,56	125.656,19
Transferências Financeiras Recebidas	108.188.234,86	113.855.671,10
Arrecadação de Outra Unidade	85.208,09	37.214,02
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-117.331.975,59</b>	<b>-123.437.894,38</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-92.103.531,17</b>	<b>-101.929.016,31</b>
Previdência Social	-5.623,72	-15.355.605,84
Educação	-92.097.974,45	-86.597.888,30
Direitos da Cidadania	-	-1.882,17
Ciência e Tecnologia	-46.876,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	46.943,00	26.360,00
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-12.586.240,39</b>	<b>-12.342.036,80</b>
Intragovernamentais	-12.579.691,69	-12.342.036,80
Outras Transferências Concedidas	-6.548,70	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-12.642.204,03</b>	<b>-9.166.841,27</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-430.536,09	-124.058,09
Transferências Financeiras Concedidas	-12.211.667,94	-9.042.783,18
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-5.209.196,67</b>	<b>-2.974.662,48</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-5.209.196,67</b>	<b>-2.974.662,48</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.192.978,69	-2.880.321,13
Outros Desembolsos de Investimentos	-16.217,98	-94.341,35
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-13.342.209,04</b>	<b>-12.343.673,09</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>50.318.592,48</b>	<b>36.471.974,05</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>36.976.383,44</b>	<b>24.128.300,96</b>
<b>TOTAL</b>	<b>36.976.383,44</b>	<b>24.128.300,96</b>



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Valores em unidade de  
Real

<b>RECEITA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>SALDO</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>282.213,00</b>	<b>282.213,00</b>	<b>76.294,18</b>	<b>-205.918,82</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	282.213,00	282.213,00	76.294,18	-205.918,82
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>40.390,00</b>	<b>40.390,00</b>	<b>8.007,27</b>	<b>-32.382,73</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>815.749,00</b>	<b>815.749,00</b>	<b>577.551,00</b>	<b>-238.198,00</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	815.749,00	815.749,00	577.551,00	-238.198,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>3.104,00</b>	<b>3.104,00</b>	<b>98.164,26</b>	<b>95.060,26</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.104,00	3.104,00	923,66	-2.180,34
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	97.240,45	97.240,45
Demais Receitas Correntes	-	-	0,15	0,15
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<b>Transferências de Capital</b>	<b>24.751.969,00</b>	<b>24.751.969,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-24.751.969,00</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>25.893.425,00</b>	<b>25.893.425,00</b>	<b>760.016,71</b>	<b>-25.133.408,29</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>363.814.566,64</b>	<b>363.814.566,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25.893.425,00</b>	<b>25.893.425,00</b>	<b>364.574.583,35</b>	<b>338.681.158,35</b>

<b>DESPESA</b>						
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>SALDO DA DOTAÇÃO</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>478.005.028,00</b>	<b>478.005.028,00</b>	<b>364.359.183,58</b>	<b>86.947.532,23</b>	<b>68.205.334,94</b>	<b>113.645.844,42</b>
Pessoal e Encargos Sociais	399.919.704,00	399.919.704,00	333.709.941,00	76.222.266,19	60.822.370,52	66.209.763,00
Outras Despesas Correntes	78.085.324,00	78.085.324,00	30.649.242,58	10.725.266,04	7.382.964,42	47.436.081,42
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>35.651.969,00</b>	<b>35.651.969,00</b>	<b>215.399,77</b>	<b>12.334,03</b>	<b>2.342,82</b>	<b>35.436.569,23</b>
Investimentos	35.651.969,00	35.651.969,00	215.399,77	12.334,03	2.342,82	35.436.569,23
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>513.656.997,00</b>	<b>513.656.997,00</b>	<b>364.574.583,35</b>	<b>86.959.866,26</b>	<b>68.207.677,76</b>	<b>149.082.413,65</b>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Valores em unidade de Real

<b>ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>						
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>LIQUIDADOS</b>	<b>PAGOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>SALDO</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.481.810,60</b>	<b>18.199.335,60</b>	<b>7.728.143,77</b>	<b>6.982.258,68</b>	<b>57.856,56</b>	<b>14.641.030,96</b>
Pessoal e Encargos Sociais	62.645,96	5.918,65				68.564,61
Outras Despesas Correntes	3.419.164,64	18.193.416,95	7.728.143,77	6.982.258,68	57.856,56	14.572.466,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.714.309,44</b>	<b>22.758.845,95</b>	<b>3.542.895,91</b>	<b>2.978.650,18</b>	<b>2.643,71</b>	<b>22.491.861,50</b>
Investimentos	2.714.309,44	22.758.845,95	3.542.895,91	2.978.650,18	2.643,71	22.491.861,50
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>6.196.120,04</b>	<b>40.958.181,55</b>	<b>11.271.039,68</b>	<b>9.960.908,86</b>	<b>60.500,27</b>	<b>37.132.892,46</b>

<b>ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS</b>					
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>PAGOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>SALDO</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>49.785,03</b>	<b>29.554.468,27</b>	<b>29.549.120,94</b>	<b>3.995,86</b>	<b>51.136,50</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.140,91	26.656.251,36	26.656.001,21		1.391,06
Outras Despesas Correntes	48.644,12	2.898.216,91	2.893.119,73	3.995,86	49.745,44
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.004,70</b>	<b>3.674.346,51</b>	<b>2.228.203,67</b>	<b>0,00</b>	<b>1.447.147,54</b>
Investimentos	1.004,70	3.674.346,51	2.228.203,67		1.447.147,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>50.789,73</b>	<b>33.228.814,78</b>	<b>31.777.324,61</b>	<b>3.995,86</b>	<b>1.498.284,04</b>



## **6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL – BP**

O Balanço Patrimonial, previsto na Lei n.º 4.320/64, destina-se a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade, por meio de contas representativas do patrimônio, bem como os atos potenciais, os quais são evidenciados nas contas de compensação (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

De acordo com a Portaria STN n.º 438/2012, as demonstrações contábeis contidas na Lei n.º 4.320/64, foram modificadas para atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

As notas explicativas apresentadas abaixo, tratam dos itens mais relevantes após a análise horizontal e vertical comparando o exercício de 2022 e o primeiro trimestre de 2023.

### **6.1. Caixa e Equivalente de Caixa**

O saldo dessa conta no período atual é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispendio) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa apresenta o valor dos recursos financeiros em conta única. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no Banco Central e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

---

No Ifal a conta Caixa e Equivalente de Caixa está disposta como segue na Tabela

1:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>
Limite de saque c/ vinculação de pgto - OFSS	R\$ 3.537.967,88	R\$ 16.939.900,49	-79%	10%
Limite de saque c/ vinculação de pgto - ordem de Pagamento - OFSS	R\$ 17.196.266,96	R\$ 28.605.492,87	-40%	47%
Demais Contas - Banco do Brasil	R\$ 18.564,25	R\$ 27.012,34	-31%	0%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	R\$ 533.300,89	R\$ 785.570,92	-32%	1%
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	R\$ 15.690.283,46	R\$ 3.960.615,86	296%	42%
	<b>R\$ 36.976.383,44</b>	<b>R\$ 50.318.592,48</b>		<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, trata de valores comprometidos os quais serão compensados no primeiro dia útil do mês seguinte. Do valor apresentado R\$ 16.813.337,32 (dezesseis milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos) trata do pagamento do salário dos servidores ativos e pensionistas do Ifal; e R\$ 382.929,64 (trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) trata dos pagamentos efetuados para diversos fornecedores.

Cabe destacar que, os recursos financeiros destinados ao pagamento da folha dos servidores, são sempre encaminhados pelo MEC no último dia útil do mês e suas ordens bancárias são sempre geradas no primeiro dia útil do mês subsequente, por essa razão o saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, será sempre elevado no fim de cada mês.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento OFSS, apresenta os valores disponíveis, apresenta uma redução de 79% (setenta e nove por cento) em comparação ao exercício de 2022, devido ao valor recebido do convênio de receita com o Governo do Estado de Alagoas, para construção de três unidades, Rio Largo, Batalha e Santana do Ipanema, que foi aplicado em Janeiro de 2023.

O valor apresentado na conta Aplicação Financeira de Liquidez Imediata refere-se aos convênios de receita realizado entre o Ifal e o Governo do Estado de Alagoas, que conforme os termos dos convênios, Cláusula Sétima, os valores não empregados na sua finalidade serão aplicados em poupança.

## **6.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, e representa 2% (dois por cento) do valor total do ativo, incluem os adiantamentos concedidos relacionados a folha de pagamento, adiantamentos a prestadores de serviços e fornecedores e os créditos a receber.

A referida conta está detalhada na Tabela 2 abaixo.

---

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	31/03/2023	31/12/2022	AH	AV
Adiantamento de férias	R\$ 7.259.811,52	R\$ 7.927.092,54	-8%	50%
Viagens – adiantamento	R\$ 13,82	R\$ 13,82	0%	0%
Salários e Ordenados -Pagamento antecipado	R\$ 833.262,39	R\$ 1.477.435,84	-44%	6%
Adiantamento Concedido	R\$ 69.543,00	R\$ 22.000,00	216%	0%
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	R\$ 851.728,80	R\$ 1.000.000,00	-15%	6%
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 1.000.000,00	R\$ 830.728,80	20%	7%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	R\$ 4.338.370,11	R\$ 4.338.370,11	0%	30%
Valores a Receber por Devolução de Despesa	R\$ 10.863,43	R\$ 0,00		0%
Crédito de energia a compensar	R\$ 33.218,10	R\$ 33.218,10	0%	0%
	<b>R\$ 14.396.811,17</b>	<b>R\$ 15.628.859,21</b>	<b>-0,08</b>	<b>100%</b>

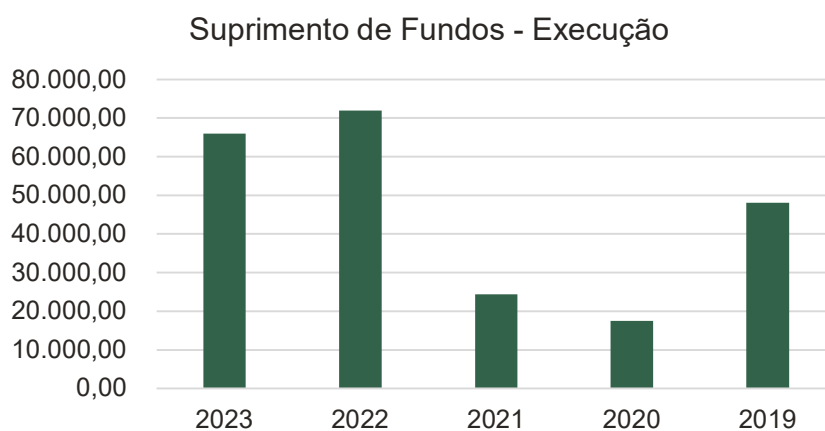
Fonte: SIAFI

Do valor total da conta de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, comparando-se os saldos dos exercícios 2022 e o primeiro trimestre de 2023, conforme análise vertical, tem-se que aproximadamente 56% (cinquenta e seis por cento) corresponde a verbas remuneratórias dos servidores. Já na análise horizontal percebe-se maior acréscimo com 216% (duzentos e dezesseis por cento) na conta de Adiantamento Concedido, a qual trata da concessão de suprimento de fundos.

Cabe destacar que, não houve a baixa da prestação de contas no exercício de 2022, referente as concessões para suprimento de fundos dos campi Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios, as quais perfazem um total de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

### 6.2.1. Suprimento de Fundos

Ao efetuarmos o levantamento dos valores executados a título de suprimento de fundos no âmbito do Ifal, comparandos os exercícios de 2019 a 2023, observa-se um aumento significativo de utilização.



Abaixo demonstramos ainda, o valor executado no primeiro trimestre de 2023, por campus:

Tabela 3 - Suprimento de Fundos 2023

31/03/2023	
Murici	R\$ 17.683,00
Reitoria	R\$ 17.320,00
Marechal Deodoro	R\$ 5.000,00
Maceió	R\$ 16.000,00
Palmeira dos Índios	R\$ 10.000,00
	<b>R\$ 66.003,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial



### **6.2.2. Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada**

A conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada, registra os termos firmados com outros Órgãos da Administração Federal com o intuito de realizar alguns objetivos estratégicos mencionados no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Ifal, como segue:

Tabela 4 - Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada

	<b>31/03/2023</b>
679596 – Universidade Federal da Bahia	R\$ 2.569.266,18
693898-Universidade Federal da Bahia	R\$ 1.556.503,93
ED1AAFEF - Universidade Federal do Pará	R\$ 162.600,00
ED1AAGGC - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	R\$ 50.000,00
	<b>R\$ 4.338.370,11</b>

Fonte: SIAFI

Dos valores acima mencionados com maior representatividade, observa-se os TEDs de nrs. 679596 e 693898 firmados com a Universidade Federal da Bahia, os quais tratam de capacitação para alguns servidores em Mestrado Profissional.

Cabe destacar que, a Universidade Federal da Bahia entregou ao IFAL a prestação de contas do TED 679596, processo 23041.016527/2013-06, o qual foi analisado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças e encaminhado à Pró - Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação para análise e ajustes (conforme o caso) estando até a presente data nessa Pró - Reitoria.

### **6.3. Estoques**

Os valores apresentados na conta de Estoques, trata de materiais ou suprimentos adquiridos para o consumo interno das Unidades do Ifal, empregados na prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão, bem como das atividades meio.

Conforme a análise efetuada dos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado – RMA em comparação ao saldo contábil da conta de Estoques, observa-se que os campi Santana do Ipanema, Maragogi, Maceió, Palmeira dos Índios, Coruripe, Rio Largo e Batalha, não estão com os saldos conciliados.

O saldo atual da conta de Estoque é de R\$ 6.228.973,38 (seis milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos), sendo 34% (trinta e quatro por cento) composto de material de expediente.

Abaixo apresentamos a composição do estoque por campus, conforme abaixo:

---

Tabela 5 - Estoques por Unidade

	<b>31/03/2023</b>	<b>AV</b>
Penedo	R\$ 77.873,17	1%
Santana do Ipanema	R\$ 119.968,72	2%
Piranhas	R\$ 734.372,24	12%
Murici	R\$ 180.191,95	3%
São Miguel dos Campos	R\$ 36.381,86	1%
Arapiraca	R\$ 235.903,19	4%
Maragogi	R\$ 271.196,29	4%
Reitoria	R\$ 291.140,75	5%
Marechal Deodoro	R\$ 182.811,49	3%
Maceió	R\$ 1.649.000,38	26%
Satuba	R\$ 427.640,89	7%
Palmeira dos Índios	R\$ 455.581,91	7%
Coruripe	R\$ 338.468,44	5%
Viçosa	R\$ 1.062.121,14	17%
Rio Largo	R\$ 66.735,00	1%
Batalha	R\$ 96.886,16	2%
	<b>R\$ 6.226.273,58</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se que as unidades Maceió, Viçosa e Piranhas, possuem o maior volume de estoques com 26% (vinte e seis por cento), 17% (dezessete por cento) e 12% (doze por cento), conforme análise vertical.

## 6.4. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Representa 91% (noventa e um por cento) do total do grupo do Ativo. Sendo aproximadamente 19% (dezenove por cento) de bens móveis e 72% (setenta e dois por cento) de bens imóveis.

### 6.4.1. Bens Móveis

A composição dos bens móveis no terceiro trimestre de 2023, apresentou o saldo de R\$ 131.059.072,11 (cento e trinta e um milhões, cinquenta e nove mil, setenta e dois reais e onze centavos), conforme abaixo:

Tabela 6 - Bens Móveis - Composição

	31/03/2023	2022	AH
Máquinas, aparelhos, equipamentos	R\$ 45.838.026,87	R\$ 45.452.336,61	1%
Bens de Informática	R\$ 27.443.335,62	R\$ 27.385.175,55	0%
Móveis e Utensílios	R\$ 33.436.503,97	R\$ 32.902.125,31	2%
Material cultura, educacional	R\$ 8.645.314,86	R\$ 8.990.410,49	-4%
Veículos	R\$ 11.122.142,98	R\$ 11.032.323,17	1%
Armamentos	R\$ 1.692,72	R\$ 1.692,72	0%
Semoventes	R\$ 175.640,43	R\$ 175.640,43	0%
Demais bens móveis	R\$ 4.396.414,66	R\$ 4.300.630,13	2%
	<b>R\$ 131.059.072,11</b>	<b>R\$ 130.240.334,41</b>	

Fonte: SIAFI

Os valores registrados no Balanço Patrimonial não refletem fidedignamente a realidade, devido à falta de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens móveis, como também à inexistência de conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades pertencentes ao Instituto Federal de Alagoas.

#### **6.4.2. Bens Imóveis**

No Ifal, a gestão dos bens imóveis é efetuada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Os bens imóveis do Ifal no terceiro trimestre de 2023 totalizam o valor de R\$ 485.542.384,68 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), composto conforme abaixo.

Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição

	31/03/2023	2022
<b>Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET</b>	<b>R\$ 466.496.751,44</b>	<b>R\$ 465.775.154,30</b>
Edifícios	R\$ 5.321.430,96	R\$ 5.321.430,96
Imóveis de uso Educacional	R\$ 166.551.260,92	R\$ 165.829.663,78
Complexos/ Fábricas / Usinas	R\$ 294.624.059,56	R\$ 294.624.059,56
<b>Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 94.341,35</b>
Imóveis de uso Educacional	R\$ 0,00	R\$ 94.341,35
<b>Bens Imóveis em andamento</b>	<b>R\$ 15.932.350,00</b>	<b>R\$ 13.207.455,89</b>
<b>Instalações</b>	<b>R\$ 3.113.283,24</b>	<b>R\$ 3.113.283,24</b>
(-) Depreciação	-R\$ 629.353,33	-R\$ 606.407,47
	<b>R\$ 484.913.031,35</b>	<b>R\$ 481.583.827,31</b>

Fonte: SIAFI

Importante informar que, ainda existem obras em andamento, nas Unidades de Piranhas, Viçosa, Batalha, Rio Largo, Penedo, Maceió e Palmeira dos Índios.

### **6.5. Intangível**

Não está sendo efetuada a amortização dos softwares adquiridos pelo Instituto, segundo Coordenação de Patrimônio da Reitoria, devido às limitações no controle patrimonial.

### **6.6. Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP**

Compreende as obrigações do Ifal junto aos fornecedores de materiais, bens e prestadores de serviços. Tendo sua composição por Unidade, conforme abaixo:

---

Tabela 8 - Fornecedores Nacionais por Unidade

	31/03/2023	AV
Penedo	R\$ 142.030,61	3%
Santana do Ipanema	R\$ 69.250,78	2%
Piranhas	R\$ 309.003,19	8%
Murici	R\$ 37.494,35	1%
São Miguel dos Campos	R\$ 103.536,71	3%
Arapiraca	R\$ 124.386,42	3%
Maragogi	R\$ 38.837,48	1%
Reitoria	R\$ 620.231,78	15%
Marechal Deodoro	R\$ 195.694,36	5%
Maceió	R\$ 1.757.920,65	43%
Satuba	R\$ 191.414,07	5%
Palmeira dos Índios	R\$ 244.017,38	6%
Coruripe	R\$ 116.583,18	3%
Viçosa	R\$ 46.476,67	1%
Rio Largo	R\$ 27.155,04	1%
Batalha	R\$ 85.813,45	2%
	<b>R\$ 4.109.846,12</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Considerando que 43% (quarenta e três por cento) do total devido aos fornecedores encontra-se no campus Maceió e 15% (quinze por cento) na Reitoria. Detalhamos nos quadros abaixo os fornecedores com os valores mais expressivos em março de 2023, dessas duas Unidades.

Tabela 9 - Fornecedores Nacionais - Maceió

	<b>31/03/2023</b>	<b>AV</b>
A R Engenharia e Serviços de Construção Eireli – 11.091.079/0001-20	R\$ 1.296.302,88	74%
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - 12.272.084/0001-00	R\$ 127.756,56	7%
GlobalTech Brasil Eireli 08.328.682/0001-78	R\$ 96.494,30	5%
Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda 01.771.692/0001-34	R\$ 37.149,18	2%
Demais fornecedores	R\$ 200.217,73	11%
	<b>R\$ 1.757.920,65</b>	<b>26%</b>

Fonte: SIAFI

O Fornecedor com maior valor no campus Maceió trata obra de construção do espaço multieventos, conforme processo licitatório RDC Eletrônico 03/2019, contrato 02/2019.

Tabela 10 - Fornecedores Nacionais - Reitoria

	<b>31/03/2023</b>	<b>AV</b>
Santos & Freitas Engenharia e Medicina Ocupacional - 23.374.436/0001-46	R\$ 47.377,76	7%
BRS Suprimentos Corporativos S/A 09.216.620/0001-37	R\$ 156.676,24	22%
DF Turismo e Evetos Ltda - 07.832.586/0001-08	R\$ 80.129,37	11%
VM Construções e Serviços Ltda - 28.796.562/0001-02	R\$ 96.401,13	13%
Demais fornecedores	R\$ 335.708,41	47%
	<b>R\$ 716.292,91</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

Na Reitoria, o fornecedor com maior valor trata da prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, conforme contrato 41/2021.



## 6.7. Ajustes de Exercícios Anteriores

O Ifal apresenta o valor total de R\$ 17.272.563,40 (dezesete milhões, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos) referente a baixa de precatórios do exercício de 2022, conforme Nota Técnica 001/2022-CJF.

## 6.8. Obrigações Contratuais

O Ifal possui um saldo de R\$ 92.192.360,78 (noventa e dois milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e sessenta reais e setenta e oito centavos) relacionados a obrigações contratuais, distribuídos conforme demonstrativo:

Tabela 11 - Obrigações Contratuais

	31/03/2023	2022	AH
Aluguéis	R\$ 2.453.404,62	R\$ 2.515.103,56	-2%
Fornecimento de Bens	R\$ 135.936,89	R\$ 977.633,50	-86%
Seguros	R\$ 14.604,16	R\$ 15.548,16	-6%
Serviços	R\$ 89.588.415,11	R\$ 92.846.442,05	-4%
	<b>R\$ 92.192.360,78</b>	<b>R\$ 96.356.749,27</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial

Na conta de aluguéis temos contratos nas unidades abaixo:

Tabela 12 - Aluguéis

	31/03/2023
Santana do Ipanema	R\$ 1.351.021,42
Reitoria	R\$ 1.102.383,20
	<b>R\$ 2.453.404,62</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Em Santana do Ipanema, o valor especificado trata do contrato de locação para funcionamento temporário da Unidade, firmado com a empresa Lemos e Damasceno Combustíveis Ltda, inscrito no CNPJ 08.529.008/0001-51, com vigência de 22/09/2019 a 22/09/2025.

Na Reitoria, o valor apresentado trata da locação de galpão para funcionamento dos setores de Almocharifado, Arquivo e Patrimônio, firmado com a pessoa física Almay Medeiros Bezerra, inscrito no CPF 349.074.834-49, com vigência de 01/03/2020 a 01/03/2030.

Em fornecedores de bens temos contratos no campus Satuba, os quais tratam de serviços de recarga e manutenção geral em equipamentos de combate a incêndio e aquisições de peças para manutenção de veículos.

---

Quanto aos contratos de serviços, segue detalhamento por campus:

Tabela 14 - Serviços

	31/12/2022	AV
Penedo	R\$ 1.567.019,02	2%
Santana do Ipanema	R\$ 2.177.041,25	2%
Piranhas	R\$ 3.806.947,79	4%
Murici	R\$ 1.947.308,24	2%
São Miguel dos Campos	R\$ 1.844.530,08	2%
Arapiraca	R\$ 470.381,57	1%
Maragogi	R\$ 2.988.612,11	3%
Reitoria	R\$ 43.454.090,35	49%
Marechal Deodoro	R\$ 4.143.804,95	5%
Maceió	R\$ 8.546.086,82	10%
Satuba	R\$ 6.596.224,17	7%
Palmeira dos Índios	R\$ 3.282.057,05	4%
Coruripe	R\$ 5.655.343,13	6%
Viçosa	R\$ 1.063.708,23	1%
Rio Largo	R\$ 775.027,16	1%
Batalha	R\$ 1.270.233,19	1%
	<b>R\$ 89.588.415,11</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

A Reitoria apresenta o maior percentual 49% (quarenta e nove por cento) do valor total dos contratos de prestação de serviços. Os contratos de maiores valores são: o contrato firmado com a empresa Plana Edificações Ltda, inscrita no CNPJ 05.346.248/0001-22, com saldo de R\$ 16.005.996,84 (dezesesseis milhões, cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos) para construção do campus Rio Largo; e o contrato firmado com a empresa GPS Empreendimentos Ltda, inscrita no CNPJ 02.339.308/0001-91, que trata da obra de construção do campus

---

Batalha, com saldo de R\$ 13.318.619,22 (treze milhões, trezentos e dezoito mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e dois centavos).

---

## **7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO - BF**

O Balanço financeiro, conforme a Lei nº 4.320/64, demonstra a receita e a despesa orçamentária e extraorçamentária, conjugados com o saldo de caixa provenientes do exercício anterior, e os quais se transferem para o exercício seguinte. Demonstrando a movimentação financeira da entidade.

### **7.1. Ingressos**

Ingressos são todas as receitas, seja orçamentária ou extraorçamentária.

O Ifal obteve no primeiro trimestre de 2023, o valor total de R\$ 405.612.811,81 (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e onze reais e oitenta e um centavos) referente a ingressos no Órgão, dos quais conforme análise horizontal efetuada, a maior variação está nas receitas orçamentárias.

Tabela 15 - Ingressos

	<b>31/03/2023</b>	<b>2022</b>	<b>AH</b>
Receitas Orçamentárias	R\$ 760.016,71	R\$ 50.342,46	1410%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 108.188.234,86	R\$ 113.855.671,10	-5%
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 296.664.560,24	R\$ 340.159.035,61	-13%
	<b>R\$ 405.612.811,81</b>	<b>R\$ 454.065.049,17</b>	

Fonte: SIAFI

As receitas orçamentárias recebidas no primeiro trimestre de 2023 representa um acréscimo de aproximadamente 1.410% (um mil e quatrocentos e dez por cento) a mais quando comparada a receita arrecadada no exercício de 2022. Pode-se observar abaixo que, houve um aumento de arrecadação em todos os tipos de receitas, porém tendo seu impacto maior na receita de serviços, devido ao recebimento de inscrições para o concurso público.

Tabela 16 - Receitas Orçamentárias

	<b>31/03/2023</b>	<b>2022</b>	<b>AH</b>
Receita Patrimonial	R\$ 76.294,18	R\$ 20.527,67	272%
Receita Agropecuária	R\$ 8.007,27	R\$ 1.662,00	382%
Receita de Serviços	R\$ 577.551,00	R\$ 0,00	0%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 98.164,26	R\$ 28.152,79	249%
Outras Transferências Recebidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	<b>R\$ 760.016,71</b>	<b>R\$ 50.342,46</b>	

Fonte: SIAFI

---

## **8. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO**

O Balanço Orçamentário, previsto na Lei n.º 4.320/64, apresenta a informação orçamentária, efetuando a comparação entre os valores orçados e realizados decorrentes da execução do orçamento (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

A execução orçamentária do IFAL abrange, além da Reitoria com sede em Maceió, 16 campi com execução orçamentário e financeira descentralizada, sendo que o campus Benedito Bentes atua na plataforma SIAFI da Reitoria.

### **8.1. Receitas Correntes**

Ao compararmos a Receita Prevista com a Receita Realizada, verificamos que o Ifal vem arrecadando em todas as receitas previstas. As receitas realizadas com serviços administrativos correspondem a 76% (setenta e seis por cento) do total arrecadado, decorrente em sua maioria pelo recebimento das taxas de inscrição para participação no concurso público de provimento de cargos para servidor efetivo.

---

Tabela 17 - Composição das Receitas

	Prevista	Realizada	AV
Receita Patrimonial	R\$ 282.213,00	R\$ 76.294,18	10%
Receita Agropecuária	R\$ 40.390,00	R\$ 8.007,27	1%
Receita de Serviços	R\$ 815.749,00	R\$ 577.551,00	76%
Outras Receitas Correntes	R\$ 3.104,00	R\$ 98.164,26	13%
	<b>R\$ 1.141.456,00</b>	<b>R\$ 760.016,71</b>	

Fonte: Siafi

## 8.2. Despesas

Na execução das despesas orçamentárias, o Ifal empenhou R\$ 364.574.583,35 (trezentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais, e trinta e cinco centavos), correspondendo a aproximadamente 71% (setenta e um por cento) da dotação orçamentária atualizada. O maior percentual de execução, trata das despesas com Pessoal e Encargos Sociais.



Tabela 18 - Execução da Despesa

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>		
Despesas Correntes	R\$ 478.005.028,00	R\$	364.359.183,58	
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 399.919.704,00	R\$	333.709.941,00	83%
Outras Despesas Correntes	R\$ 78.085.324,00	R\$	30.649.242,58	39%
Despesas de Capital	R\$ 35.651.969,00	R\$	215.399,77	1%
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 513.656.997,00</b>	<b>R\$</b>	<b>364.574.583,35</b>	

Fonte: Siafi

Quanto a execução das despesas empenhadas no primeiro trimestre de 2023, alcançou 23,85% (vinte e três vírgula oitenta e cinco por cento) de todo o valor empenhado.

Tabela 19 -Execução das despesas empenhadas

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	
Despesas Correntes	R\$ 364.359.183,58	R\$	86.947.532,23
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 333.709.941,00	R\$	76.222.266,19
Outras Despesas Correntes	R\$ 30.649.242,58	R\$	10.725.266,04
Despesas de Capital	R\$ 215.399,77	R\$	12.334,03
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 364.574.583,35</b>	<b>R\$</b>	<b>86.959.866,26</b>

Fonte: Siafi

Do total das despesas liquidadas o IFAL efetuou o pagamento de 78% (setenta e oito por cento).

Tabela 20 - Execução das despesas Liquidadas

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Despesas Pagas</b>
Despesas Correntes	R\$ 86.947.532,23	R\$ 68.205.334,94
Despesas de Capital	R\$ 12.334,03	R\$ 2.342,82
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 86.959.866,26</b>	<b>R\$ 68.207.677,76</b>

Fonte: Siafi

### **8.3. Execução de Restos a Pagar Não Processados**

O IFAL iniciou o exercício de 2023 com o total de empenhos inscritos em restos a pagar não processados no valor total de R\$ 47.154.301,59 (quarenta e sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e um reais e cinquenta e nove centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 21- Restos a Pagar Não Processados

Grupo de Despesas	Inscritos (empenhos do ano de 2022)	Reinscritos (empenhos anteriores a 2021)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 5.918,65	R\$ 62.645,96
Outras Despesas Correntes	R\$ 18.193.416,95	R\$ 3.419.164,64
Investimentos	R\$ 22.758.845,95	R\$ 2.714.309,44
<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 40.958.181,55</b>	<b>R\$ 6.196.120,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 47.154.301,59</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial

Após análises, execuções e cancelamentos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, ocorridas no primeiro trimestre de 2023, apresenta-se atualmente os seguintes resultados:

Tabela 22 - Execução dos Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Não Processados

Grupo de Despesas	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Liquidar
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 68.564,61			R\$ 68.564,61
Outras Despesas Correntes	R\$ 21.612.581,59	R\$ 57.856,56	R\$ 6.982.258,68	R\$ 14.572.466,35
Investimentos	R\$ 25.473.155,39	R\$ 2.643,71	R\$ 2.978.650,18	R\$ 22.491.861,50
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 47.154.301,59</b>	<b>R\$ 60.500,27</b>	<b>R\$ 9.960.908,86</b>	<b>R\$ 37.132.892,46</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Abaixo demonstramos a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar, por Unidade do Ifal.

Tabela 23 - Execução RPNP por Unidade

<b>Unidade</b>	<b>RPNP A Liquidar Inscritos e Reinscritos</b>	<b>RPNP a Liquidar</b>	<b>RPNP Liquidar a Pagar</b>	<b>RPNP Pago</b>	<b>Cancelamento de RPNP</b>
Penedo	R\$ 1.367.773,49	R\$ 935.779,95	R\$ 63.531,30	R\$ 368.440,85	R\$ 21,39
Santana do Ipanema	R\$ 329.109,70	R\$ 132.975,99	R\$ 2.835,00	R\$ 193.297,70	R\$ 1,01
Piranhas	R\$ 2.099.861,65	R\$ 1.653.671,55	R\$ 41.566,51	R\$ 378.029,56	R\$ 26.594,03
Murici	R\$ 502.145,45	R\$ 302.663,34	R\$ 14.950,76	R\$ 184.531,35	
São Miguel dos Campos	R\$ 300.128,56	R\$ 89.338,25	R\$ 68.075,34	R\$ 142.714,97	
Arapiraca	R\$ 1.093.845,94	R\$ 711.142,23	R\$ 82.143,52	R\$ 300.560,19	
Maragogi	R\$ 1.170.928,63	R\$ 940.099,92	R\$ 3.096,60	R\$ 227.583,53	R\$ 148,58
Coruripe	R\$ 1.154.017,05	R\$ 621.361,89	R\$ 87.196,84	R\$ 445.458,32	
Viçosa	R\$ 730.614,24	R\$ 545.593,13	R\$ 49.898,57	R\$ 119.653,03	R\$ 15.469,51
Rio Largo	R\$ 158.231,47	R\$ 83.606,67	R\$ 12.136,47	R\$ 62.488,33	
Batalha	R\$ 409.096,86	R\$ 161.123,23	R\$ 30.302,41	R\$ 217.671,22	
Reitoria	R\$ 28.734.113,55	R\$ 24.498.556,71	R\$ 432.932,07	R\$ 3.794.710,98	R\$ 7.913,79
Marechal Deodoro	R\$ 720.062,69	R\$ 317.700,80	R\$ 49.249,17	R\$ 353.112,72	
Maceió	R\$ 3.727.375,25	R\$ 1.886.209,92	R\$ 190.263,13	R\$ 1.650.902,20	
Satuba	R\$ 3.138.262,27	R\$ 2.281.681,93	R\$ 53.000,48	R\$ 793.227,90	R\$ 10.351,96
Palmeira dos Índios	R\$ 1.518.734,79	R\$ 661.256,13	R\$ 128.952,65	R\$ 728.526,01	
<b>Total</b>	<b>R\$ 47.154.301,59</b>	<b>R\$ 35.822.761,64</b>	<b>R\$ 1.310.130,82</b>	<b>R\$ 9.960.908,86</b>	<b>R\$ 60.500,27</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Abaixo temos a análise dos valores executados por unidade, desconsiderando os cancelamentos:

Tabela 24 - Execução RPNP por Unidade

<b>Unidade</b>	<b>RPNP A Liquidar Inscritos e Reinscritos</b>	<b>RPNP Liquidados/Pagos</b>	<b>Percentual de RPNP Executados</b>
Penedo	R\$ 1.367.773,49	R\$ 431.972,15	32%
Santana do Ipanema	R\$ 329.109,70	R\$ 196.132,70	60%
Piranhas	R\$ 2.099.861,65	R\$ 419.596,07	20%
Murici	R\$ 502.145,45	R\$ 199.482,11	40%
São Miguel dos Campos	R\$ 300.128,56	R\$ 210.790,31	70%
Arapiraca	R\$ 1.093.845,94	R\$ 382.703,71	35%
Maragogi	R\$ 1.170.928,63	R\$ 230.680,13	20%
Coruripe	R\$ 1.154.017,05	R\$ 532.655,16	46%
Viçosa	R\$ 730.614,24	R\$ 169.551,60	23%
Rio Largo	R\$ 158.231,47	R\$ 74.624,80	47%
Batalha	R\$ 409.096,86	R\$ 247.973,63	61%
Reitoria	R\$ 28.734.113,55	R\$ 4.227.643,05	15%
Marechal Deodoro	R\$ 720.062,69	R\$ 402.361,89	56%
Maceió	R\$ 3.727.375,25	R\$ 1.841.165,33	49%
Satuba	R\$ 3.138.262,27	R\$ 846.228,38	27%
Palmeira dos Índios	R\$ 1.518.734,79	R\$ 857.478,66	56%
<b>Total</b>	<b>R\$ 47.154.301,59</b>	<b>R\$ 11.271.039,68</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial

Verifica-se que as unidades do Ifal que mais executaram os empenhos inscritos em restos a pagar (Restos a Pagar Não Processados Liquidados/Pagos) foram São Miguel dos Campos com 70% (setenta por cento) e Batalha com 61% (sessenta e um por cento).

As unidades que menos executaram seus empenhos inscritos em restos a pagar foram Reitoria com 15% (quinze por cento) e as unidades Maragogi e Piranhas com 20% (vinte por cento). Na Reitoria pode-se justificar pelos empenhos de obras, os quais ainda estão em andamento.

---